

## AS RELAÇÕES NADA PERIGOSAS ENTRE HISTÓRIA, FILOSOFIA E TRADUÇÃO

Marcia A. P. Martins  
PUC-Rio

*A realidade é aquilo que não se conhece, ao conhecê-la.*  
(Nicklas Luhmann<sup>1</sup>)

*Is not the truth the truth?*  
(Falstaff, em *I Henry IV* II, iv)

*At the moment we do not have anything like  
a clear picture of the history of translation  
in any West European literature.* (Theo Hermans)

O OBJETIVO DESTA ARTIGO É destacar algumas contribuições que áreas como a História e a Filosofia podem trazer à Tradução, já constituída como disciplina independente. A assimetria da relação anterior entre a tradução e áreas afins, quando a primeira não existia como disciplina autônoma e abrigava-se no regaço de campos do saber já institucionalizados, tornava essa relação de certa forma perigosa, na medida em que dificultava, ou mesmo impedia, o desenvolvimento de teorias, metodologias e instrumentos próprios.

Graças a um esforço conjunto de teóricos, pesquisadores e tradutores, a tradução vem conseguindo, nos últimos vinte anos, afirmar-se como uma nova e importante área de conhecimento, capaz de buscar simetricamente em outras disciplinas, sem risco de descaracterizar-se, conhecimentos que podem iluminar suas questões. Dessa forma, vem-se tornando efetivamente multidisciplinar, como será ilustrado a seguir, através do caso particular da escrita de histórias da tradução, discutida a partir de reflexões sobre a escrita da história em geral e sobre uma epistemologia de caráter construtivista.

## 1. De que história (e de que historiografia) estamos falando?

Partindo do princípio de que os termos “história” e “historiografia” não são entendidos de forma homogênea, muito pelo contrário, é importante começar esta reflexão discutindo a que “história” e “historiografia” estamos nos referindo.

Segundo o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, *história* é “1. “narração metódica dos fatos notáveis ocorridos na vida dos povos, em particular, e na vida da humanidade, em geral”; 2. “conjunto de conhecimentos adquiridos através da tradição ou por meio dos documentos relativos à evolução, ao passado da humanidade”; [...] 8. “narração de fatos, de acontecimentos, de ações, em geral cronologicamente dispostos”. *Historiografia*, por sua vez, é “1. a arte de escrever a história”, e 2. “estudo histórico e crítico acerca da história ou dos historiadores”.

Nessa definição mais tradicional de *história* destacam-se, portanto, as palavras “narração”, “fatos” e “passado”, enquanto que na definição de *historiografia* chama a atenção o adjetivo “crítico”.

Rusch (1995)<sup>2</sup> aponta alguns problemas da historiografia (literária) decorrentes de uma concepção de historiografia como um método de descoberta ou averiguação de fatos históricos e como uma ciência que descreve e explica o passado.

Implícita nessa concepção está uma visão de história como constituída por fatos passados que devem ser “descobertos”, “narrados”, “descritos” ou mesmo “explicados”. Trata-se de uma história arqueológica, na qual o pesquisador volta ao passado para descobrir e procurar entender “o que realmente aconteceu”. Fundada essencialmente nos textos, enfatiza a história política, que é geralmente uma história narrativa, de acontecimentos, factual. Na medida em que assiste passivamente à produção “objetiva” da história pelos documentos, revela um caráter cientificista, positivista. Frequentemente mostra-se, ainda, de cunho “darwinista”, na medida em que vê o presente como uma “evolução” do passado (costumam ser comuns as referências aos “avanços” da história da humanidade, encarando-se o passado como “primitivo”, pouco civilizado).

## A nova história

Em 1929, o lançamento da revista *Annales*, em Strasbourg, por Lucien Febvre e Marc Bloch, marcou o surgimento de uma nova maneira de se pensar a história e a historiografia, representando uma reação à tradição positivista do século XIX e uma ruptura com um estilo e uma “imagem de marca” impostos pelo marxismo que pareciam indestrutíveis. Essa nova história questiona o próprio lugar do observador, do historiador, que deixa de falar sob um ponto de vista absoluto, e se volta para novos objetos, a ênfase nos grandes homens transferiu-se para os povos e as mentalidades. A sua natureza também mudou: procura, como diz François Furet, constituir-se em história-problema, numa reação à história narrativa tradicional. Entre outras características marcantes dessa nova história, ou história das mentalidades, incluem-se:

(i) uma preocupação igual tanto com o passado, mesmo o mais longínquo, quanto com o presente mais imediato (Le Goff et al. 1984: 27);

(ii) uma enorme dilatação do campo do documento. Como observa Jacques Le Goff, a nova história baseia-se numa multiplicidade de documentos, passando a incorporar “o documento arqueológico figurativo, o documento oral, a interrogar os silêncios da história” (ibid.:34);

(iii) um interesse pela etnologia das diferenças;

(iv) a adoção da perspectiva da longa duração (as forças profundas da história só atuam e se deixam apreender no tempo longo);

(v) a desmistificação da idéia de um tempo único, homogêneo e linear, constituindo uma nova cronologia científica, que leva em consideração a multiplicidade dos tempos históricos.

Vale ainda citar a distinção, introduzida por Fernand Braudel, entre longa duração (nível estrutural), média duração (nível conjuntural) e curta duração (nível ocorrencial).

Em termos ontológicos, essa nova maneira de pensar a história, com seu caráter anti-positivista e, de certa forma, relativizante, parece partir do pressuposto de que não há uma realidade objetiva a ser assimilada pelo observador. A “verdade” torna-se uma questão de

intersubjetividade, ou seja, de um consenso entre pessoas que compartilham interesses, necessidades e intenções análogas. Em termos epistemológicos, parece partir do princípio de que não há como separar o sujeito do objeto, ou seja, nenhum observador tem condição de se distanciar do fenômeno observado, de ver qualquer coisa “de fora”, a partir de uma perspectiva supostamente neutra; na verdade, o que ocorre é uma profunda interação entre sujeito e objeto, inevitavelmente influenciada pelo sistema de valores do primeiro.

Todo objeto, por sua vez, é “criado”, e não apenas descrito ou examinado pelo olhar supostamente racional da teoria. Como observa Philippe Ariès, “o êxito da História Nova provém do fato de, através da abstração do modelo, haver uma pluralidade, uma diversidade do real” (*ibid.*:31). Já Michel de Certeau salienta o caráter de ficção da história, ao observar que “a História não é científica [...]. É uma mistura, uma ficção científica, em que a narrativa apenas tem a aparência do raciocínio mas que também não é menos circunscrita por controles e possibilidades de falsificação” (*ibid.*: 33).

Certeau desmistifica, ainda, o caráter de “verdade” dos arquivos, mostrando que estes não fornecem muito mais do que a informação selecionada e produzida segundo óticas particulares. É por esse motivo que, em certos setores historiográficos, procura-se analisar tais documentos em função do poder e do saber que os organizaram (*ibid.*:36).

Essa nova maneira de perceber o mundo, implicando novos conceitos de “realidade” e “verdade”, e revendo a relação entre os sujeitos e os objetos de sua percepção, traduziu-se em diversas teorias e filosofias de maior ou menor grau de formalização, com reflexos em praticamente todas as áreas do conhecimento.

Uma dessas teorias, denominada *construtivismo radical*, merece especial destaque, pelo seu potencial de articulação com as abordagens historiográficas. Formulada por filósofos e teóricos da literatura alemães no início dos anos 80 como uma nova teoria da cognição e da ciência, postula a construtividade “de todos os nossos processos cognitivos, desde a percepção até as fantasias criativas” (Schmidt 1995:83)<sup>3</sup>. Um corolário dessa postura é que o conhecimento da realidade absoluta, independente de qualquer cognição, inexistente para o ser humano, já que este é um organismo vivo, um sistema cognitivo.

Por essa razão, é também impossível ao ser humano atingir a

*objetividade* no sentido de um acesso “direto e não adulterado a objetos ou fatos, ou no sentido do conhecimento puro ou imediato, sem mediação alguma. Ao invés de objetividade, pode-se falar de *intersubjetividades* que podem ser estabelecidas a partir do paralelismo de nossas estruturas, operações e domínios cognitivos e exigir a formação de esferas consensuais. [...] Em conseqüência, a *verdade*, em sentido absoluto, é humanamente impossível” (Rusch 1995). O novo conceito de *verdade* a vê como uma construção plausível do presente por parte do sujeito, responsável pela produção de sentido. O sujeito segue regras, aplica convenções e faz uso de estereótipos compartilhados por outros sujeitos (por “compartilhado” entenda-se algo construído de modo similar e consensual).

Um outro conceito revisto pelos construtivistas, com grande impacto sobre a maneira de encarar a história e o seu objeto de estudo, é o de *passado*. Este passa a ser visto como uma construção intelectual (através da qual tentamos organizar nossas experiências mentais e sensoriais em um sistema coerente), que sofre um processo permanente de reconstrução a partir da necessidade de torná-lo plausível.

O paradigma construtivista encontrou adeptos em inúmeras áreas do conhecimento, como a Educação em que serve de pressuposto, inclusive, para novas maneiras de se conceber e aplicar a avaliação<sup>4</sup> e a História. Segundo Rusch, houve, recentemente, uma série de avanços importantes na ciência da história e na filosofia da história, indicando “uma clara tendência para uma epistemologia construtivista e uma teoria construtivista da historiografia” (1995:111).

À luz desse paradigma, o fato histórico não é mais “dado” do que os outros fatos; o historiador ou o agente do devir histórico *constitui o fato histórico através da abstração* e sob a ameaça de um regresso infinito (*ibid.*:112). A aceitação, como um fato, da parcialidade, perspectividade, subjetividade, relatividade e construtividade básicas da historiografia pode representar uma possível solução para os problemas desta.

O pensamento histórico, por sua vez, passa a ser visto como uma interpretação das evidências disponíveis (cf. Collingwood, *apud* Rusch 1995). A relatividade da história é apontada por Ch. Bedard, ao afirmar que “qualquer hipótese extensiva, ou qualquer conceito abrangente, usados na história escrita para dar coerência e estrutura aos fatos passados já é, de algum modo, uma interpretação, algo

transcendente” (*ibid.*:113). Diante da constatação de que os historiadores abordam o passado com idéias filosóficas que lhes são particulares o que influencia, conseqüentemente, a sua maneira de interpretar percebe-se que, para o construtivismo, o historiador não só *explica* o passado, mas também o *constitui*.

## 2. Sobre a escrita de histórias da tradução

A revisão dos conceitos tradicionais de história e historiografia sob a inspiração da nova história, que lhes acrescentou uma dimensão social, e de uma epistemologia construtivista fez com que se repensasse a escrita de histórias de várias áreas do saber e dos seus respectivos objetos.

Sendo a tradução uma disciplina relativamente nova, sob vários aspectos, a escrita de suas histórias, em estágio ainda incipiente, não depende apenas de se definir o que é fazer história e o que é tradução; é preciso, também, determinar se o objeto de estudo será a atividade tradutória como tem sido praticada, que funções vem desempenhando, etc. ou os estudos sobre a tradução discursos, modelos, reflexões, teorias. Embora possa parecer óbvia, essa distinção frequentemente deixa de ser feita, gerando uma grande confusão de objetos de estudo. Como aponta Lieven D’hulst, um dos poucos estudiosos da tradução que se identificam como historiadores, nenhum lingüista admitiria, hoje, que a história da linguagem fosse confundida com a história da lingüística. No campo da tradutologia, no entanto, a (reduzida) tradição historiográfica apresenta a história da *prática da tradução* e a história das *teorias de tradução* como imbricadas, partindo dos mesmos pressupostos (D’hulst, 1994). D’hulst atribui essa (con) fusão ao fato de que os teóricos e, infelizmente, os historiadores geralmente partem do pressuposto de que as reflexões sobre tradução existentes até o fim do século XVIII ou início do XIX tinham uma ênfase empiricista e imediatista.

George Steiner, em seu clássico *After Babel — Aspects of Language and Translation* (1975), divide a história da literatura sobre tradução em quatro períodos, sendo que o primeiro vai de Cícero e seu *Libellus de optimo genere oratorum*, que condena a tradução palavra-por-palavra, até os clássicos *Essay on the Principles of Translation*, de Alexander Fraser Tytler (1791) um manual do bem

traduzir e *Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersetzens*, uma famosa conferência proferida por Schleiermacher, em 1813, sobre os diferentes métodos de tradução. Na avaliação de Steiner, este primeiro período engloba autores fundamentalmente diferentes que partilham algo em comum: uma “abordagem imediatamente empírica da tradução”,<sup>5</sup> que se efetiva através de comentários e observações sobre questões, problemas e/ou dificuldades que surgem na prática desta atividade. Já o segundo, o terceiro e o quarto períodos — que abrangem um espaço de tempo bem menor do que o primeiro — são marcados por uma teorização mais formalizada.

Mounin (1975) também observa que, de Cícero e Horácio até Tytler, tudo o que se escreveu sobre tradução não passou de relatos de experiências, intuições pessoais e receitas artesanais, contribuindo para manter a (con) fusão mencionada entre os dois objetos possíveis da história da tradução.<sup>6</sup>

Além disso, os teóricos/pesquisadores do presente parecem atribuir um status “pré-científico” às teorizações passadas, o que acaba reduzindo tanto tais reflexões quanto a própria prática a uma série de dicotomias simplistas, como tradução fiel vs. tradução livre, forma vs. conteúdo, etc.

Conseqüentemente, uma boa maneira de começar um estudo histórico da tradução talvez seja definir claramente o objeto: se as reflexões teóricas ou a prática em si.

Como ocorre em várias outras disciplinas, não há um consenso entre os estudiosos da tradução quanto aos conceitos de *história* e *historiografia*. Aparentemente, só há convergência em relação à idéia de que se fez muito pouco em termos de estudos históricos na área. D’hulst (1994) aponta várias possíveis razões dessa situação:

- a tradutologia é uma disciplina relativamente nova, que alcançou um grande progresso nas últimas décadas e que precisa desenvolver métodos e conceitos próprios para compensar todo um passado “pré-científico”, antes de ser estudada de uma perspectiva histórica;

- a tradição tradutória é fortemente voltada para a *praxis*, rejeitando tanto a teoria quanto a história;

- uma concepção arcaica de história, como uma disciplina pouco estimulante, associada a arquivos e a um passado estático;

- a ausência de bibliografias exaustivas, conhecidas e acessíveis.

Este fato gera uma grande dependência de antologias, constituídas por textos considerados representativos da variedade tanto sincrônica quanto diacrônica das teorias e das traduções estudadas. Como esses fragmentos estão fora de seus contextos, muitas vezes não se consegue avaliar adequadamente as discrepâncias geradas pelo fato de pertencerem a gêneros discursivos diferentes: tratados, prefácios, cartas, resenhas, etc. Pode-se criar uma ilusão de homogeneidade bastante perigosa, na medida em que mascara as limitações/imposições discursivas que atuaram no momento de sua criação, afetando todas as escolhas, não importa em que nível ou aspecto;

- a dificuldade de acesso a outras fontes que não os textos teóricos ou as traduções propriamente ditas, ou mesmo uma falta de conscientização da sua importância. Essas fontes podem incluir a correspondência entre tradutores e críticos, os tratados de tradução e as versões manuscritas ou as reedições com variantes de textos já publicados, mostrando a evolução do pensamento de um tradutor.

Felizmente, esta falta de tradição historiográfica parece estar sendo revertida. Observa-se um novo interesse em estudar, de maneira sistemática, o “passado” da tradução, mas a escrita de sua(s) história(s) não é tarefa simples.

Para o construtivista alemão Siegfried Schmidt (1995), o aspecto mais problemático da escrita de histórias “diz respeito à produção de relações, conexões e transições, isto é, à *concatenação* dos dados em unidades coerentes, tais como períodos, épocas, gêneros e assim por diante” (p. 84).<sup>7</sup> Segundo o autor, a narração como qualquer princípio de concatenação de dados “produz uma ordem que depende exclusivamente da atividade construtiva do historiador, de seus interesses, pressuposições, valores, competências e assim por diante. Coerência, unidade, verdade, sentido histórico, etc., fazem parte do *modelo* de história do historiador e não são traços inerentes à ‘própria história’” (p. 86).

A pesquisa histórica a respeito da tradução deve levar em conta questões como, por exemplo, quais eram as definições de “tradução” e de “teoria de tradução” em determinadas épocas no passado; o que se entendia por “tradução literária”, “tradução bíblica”, etc.; e a definição do que é texto “teórico”. Como fazer a distinção entre textos efetivamente teóricos e simples comentários que, na visão de James



Holmes, não passam de axiomas, postulados e hipóteses que são, ao mesmo tempo, restritos demais e abrangentes demais (1988:73)?

Além disso, o estudioso deve levar em conta a importância de contextualizar-se o *corpus* escolhido, na medida em que a interação com o contexto é fundamental para se construir o significado dos textos propriamente ditos.

Existe, ainda, a questão da metodologia, na medida em que a delimitação de um objeto de estudo e do *corpus* a ser analisado implica uma série de escolhas metodológicas. Há que se tomar decisões em relação a escolhas como:

- que critérios usar para fazer o recorte: privilegiar uma determinada área geográfica? Um circuito cultural específico?

- estabelecer um *corpus* composto unicamente de teorias e de traduções publicadas, ou fazer um recorte mais abrangente, compreendendo textos correlatos, como manuscritos, biografias, cartas, enciclopédias e comentários críticos?

- será melhor periodizar o *corpus* em séculos, ou em períodos de extensão diferente (mais longos ou mais curtos)? E segundo quais critérios (políticos, culturais, etc.)? Ou, ainda, organizar o *corpus* de acordo com as estratégias tradutórias?

Se a proposta do historiador for escrever histórias das *teorias de tradução*, o ponto de partida poderá ser um *corpus* de textos teóricos considerados importantes e representativos da variedade sincrônica e diacrônica do pensamento sobre a tradução. Entretanto, o historiador não deve esquecer que esses textos também são parte de discursos que pertencem a gêneros específicos (prefácio, resenha, carta, etc.) e têm suas próprias funções dentro e fora do campo da teoria. Conseqüentemente, muitas informações podem ficar de fora, propositalmente ou não. É preciso, então, descobrir o que é possível dizer em cada época, além de buscar fontes menos tradicionais, como cartas, versões manuscritas de textos teóricos, etc.

Outras questões importantes que se colocam dizem respeito à área do passado a cobrir e à organização do *corpus*. Em relação à primeira, dependendo da fonte, o início dos estudos teóricos sobre a tradução pode situar-se, por exemplo, em Cícero, em Tytler, em Schleiermacher ou nos herdeiros do formalismo russo no final dos anos 40<sup>8</sup>. Quanto

à organização do *corpus*, esta pode ser feita, por exemplo, a partir de “escolas” ou correntes teóricas (*Descriptive Translation Studies*, desconstrução, etc.); de teóricos mais importantes, que efetivamente formalizaram suas concepções de tradução e do traduzir (Nida, Catford, Newmark, Vermeer), ou mesmo a partir da natureza da reflexão feita (filosófica? Empírica? Hermenêutica?).

Se, por outro lado, a proposta for escrever histórias da *prática da tradução* cujas primeiras evidências datam do ano 3000 A.C.<sup>9</sup> as possibilidades também são bem variadas. Pode-se organizar a tarefa usando os critérios de:

(i) tipologias de texto (tradução de prosa literária, tradução de poesia, tradução técnica, tradução científica, etc.);

(ii) tradutores (Cícero e Horácio, São Jerônimo, Etienne Dolet, Sir John Denham, Dryden, Tytler, Hölderlin, Schleiermacher, Goethe, etc.);

(iii) épocas (a tradução na Antiguidade, na Idade Média, no Neoclassicismo, no Romantismo, no Modernismo, no Pós-Modernismo);

(iv) funções (enriquecimento da língua e literatura vernáculas, inclusive através da introdução de inovações quanto a gênero e estilo); evangelização e difusão no estrangeiro de uma determinada cultura; contato com o cânone universal, etc.;

(v) estilos/estratégias de tradução (interpretação, adaptação livre, imitação, paráfrase, tradução literal, tradução criativa, etc., tradução arcaizante, tradução estrangeirizadora, tradução domesticadora, etc.)

Podem, ainda, surgir outras maneiras de organizar histórias da prática da tradução; as alternativas acima são apenas algumas das muitas possibilidades disponíveis.

Cabe, agora, abordar a questão da epistemologia. Da mesma forma que outras disciplinas, a tradução também não ficou incólume ao advento do pós-modernismo e da nova história. Nos dias de hoje, praticamente todas as reflexões sobre tradução sofrem a influência do pensamento anti-positivista, como o formulado pelo pós-estruturalismo. Os teóricos têm consciência do imbricamento dos objetos que estudam com a sua percepção enquanto observadores já superaram a crença em verdades absolutas, concebendo a verdade como uma questão de intersubjetividade. Um impacto previsível dessa nova percepção de verdade é a maior autonomia do historiador que, consciente da impossibilidade de relatar “o que realmente aconteceu”,

assume a posição de *intérprete e construtor*, um observador do passado com os olhos do presente, e privilegia um recorte histórico dentre os inúmeros possíveis.

Como sintetiza Schmidt, as histórias dependem do historiador, de seus interesses e motivações. Na medida em que as pessoas se derem conta de que essa escrita significa uma construção de relações teoricamente orientadas entre os “dados” para produzir modelos plausíveis e aceitáveis intersubjetivamente dos “acontecimentos passados”, é forçoso admitir a necessidade de empregar critérios que não os de verdade, objetividade ou fidedignidade, bem como de formular, para as histórias, funções sociais diferentes daquelas que supostamente forneceriam um relato verdadeiro sobre o “que ocorreu de fato”.<sup>10</sup>

É nesse aspecto que o construtivismo e a nova história podem trazer boas contribuições para a história da tradução. Na medida em que lidar com a história não significa apenas lidar com fenômenos passados, e que história pode significar mudança, é preciso poder distinguir fenômenos estáveis de outros passíveis de mudar mais rapidamente. Alguns aspectos do pensamento sobre a tradução, ou mesmo do comportamento tradutório, podem evoluir em menos tempo do que outros, dependendo das condições. D’hulst (1994 e 1995a) sugere a aplicação dos três níveis de história definidos por Braudel à história da tradução. O mesmo objeto de estudo por exemplo, teorias de tradução ou práticas tradutórias revela a coexistência dos três níveis, numa interação essencialmente dinâmica que permite evitar o tipo de periodização tradicionalmente aplicada pela história da literatura ou pela história das idéias (por séculos, movimentos literários, etc.). Essa interação, a longo prazo, leva a mudanças no nível da longa duração.

A título de ilustração, como sugere D’hulst, pode-se pensar no conceito clássico de *interpretatio*, que prevaleceu durante séculos, como pertencendo ao nível de longa duração da tradição ocidental. À média duração pertenceriam questões cíclicas como a busca de universais de tradução, a constituição de uma reflexão autônoma sobre a tradutologia, as relações hierárquicas entre a língua-fonte e a língua-meta. A curta duração, por fim, incluiria diferentes concepções de tradução formuladas por teóricos em determinados momentos históricos, como a França do século XVIII (Batteux, Saint-Simon, etc.).<sup>11</sup>

Uma grande vantagem de se adotar a distinção em níveis é a sua

necessária articulação interna, levando a uma visão mais crítica de um fenômeno bastante comum nas tentativas de escrever histórias da tradução, a saber, as coletâneas reunindo reflexões teóricas apresentadas por historiadores como contendo idéias mais ou menos homogêneas, e transmitidas ao longo dos séculos de uma forma simplificada que minimiza ou mesmo elimina as sutilezas e mudanças. Um exemplo é o caso da estratégia tradutória da “*estrangeirização*”<sup>12</sup>, usada ao longo dos séculos com objetivos e motivações diferentes. Na época do Império Romano, essa estratégia era adotada nas traduções de textos gregos para o latim com o propósito de enriquecer a língua e a literatura latinas, diante da consciência da superioridade da cultura grega. No Romantismo alemão, onde foi introduzida por Schleiermacher em 1813, durante as guerras napoleônicas, seu uso deveu-se não só ao propósito de introduzir novas formas na literatura nacional, mas também ao objetivo mais a longo prazo de desenvolver uma literatura de elite que viabilizasse um futuro destaque (ou mesmo dominação) no cenário mundial<sup>13</sup>. Já nos dias de hoje, como defendida por teóricos como Lawrence Venuti, vem sendo usada para reagir contra uma postura etnocêntrica, racista, imperialista e de profundo narcisismo cultural.

### 3. Comentários finais

Como foi dito no início, o objetivo deste artigo foi fazer algumas reflexões a respeito da escrita de histórias da tradução, à luz de reflexões elaboradas a respeito da escrita de histórias em geral, das contribuições da nova história e da epistemologia construtivista. Em nenhum momento houve a pretensão de sugerir modelos de histórias da tradução, ou de privilegiar determinadas abordagens em detrimento de outras; a intenção foi simplesmente problematizar a escrita dessas histórias começando pela própria pluralização do substantivo (indicando a crença na impossibilidade de se resgatar “a verdadeira” história), pela definição do objeto e pela escolha de critérios e mostrar as inúmeras possibilidades que se apresentam ao historiador.

Para encerrar, no entanto, cabe um convite à ação: que esta área de estudo genericamente denominada “história da tradução” atraia o interesse de um número crescente de pesquisadores, para que se possa conhecer, contextualizar e compreender cada vez mais as mudanças

que já ocorreram, estão ocorrendo e ainda irão ocorrer no campo da teoria e da prática da tradução.



#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAUDEL, F. (1979) *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, pp. 41-78.

BASSNETT, S. (1991) *Translation Studies*. London and New York: Routledge (revised edition).

D'HULST, L. (1994) Apresentação feita na mesa-redonda sobre a historiografia dos estudos da tradução, realizada em Edmonton, Canadá, por ocasião do XX Congresso de Literatura Comparada.

\_\_\_\_\_. (1995a) Vers une historiographie des théories de la traduction: questions de méthode". *TTR — Traduction, Terminologie et Rédaction*, juin 1995.

\_\_\_\_\_. (1995b) History and historiography". Palestra apresentada no dia 13 de julho de 1995, em Leuven, Bélgica, por ocasião do VII Seminário de Pesquisa do CETRA — Centro de Estudos em Tradução, Comunicação e Culturas, 2 a 28 de julho de 1995.

FURET, F. "Da história-narrativa à história-problema". In *A Oficina de Lisboa*. Lisboa: Gradiva [s/d].

GENTZLER, E. (1993) *Contemporary Translation Theories*. London & New York: Routledge.

HOLMES, J. (1988) *Translated! Papers on Literary Translation and Translation Studies*. Amsterdam: Rodopi.

LE GOFF, J. et al. (1984) A história — uma paixão nova". Mesa redonda com a participação de Philippe Ariès, Michel de Certeau, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Paul Veyne. *A nova história*. Lisboa: Edições 70.

MOUNIN, G. (1975) *Os problemas teóricos da tradução*. Tradução de Heloysa de L. Dantas. São Paulo: Cultrix.

NEWMARK, P. (1982) *Approaches to Translation*. London: Pergamon Press.

RUSCH, G. (1985) Teoria da História, Historiografia e Diacronologia". Tradução

de Heidrun Krieger Olinto. H. K. Olinto (org.) *Histórias de Literatura*. São Paulo: Ática, pp. 107-134.

SCHMIDT, S. J. (1995) Sobre a escrita de histórias da literatura: observações de um ponto de vista construtivista”. Tradução de Heidrun Krieger Olinto e Rejane de Castro Neves. H. K. Olinto (org.) *Histórias de Literatura*. São Paulo: Ática, pp. 81-106.

\_\_\_\_\_. (1994) “Construtivismo na pesquisa da mídia: conceitos, críticas e conseqüências”. Tradução de Luciana Vilas Bôas Castelo Branco. *Palavra*, 2: 111-137. Departamento de Letras da PUC-Rio.

SCHULTE, R. & BIGUENET, J. (1992) *Theories of Translation: An Anthology of Essays from Dryden to Derrida*. Chicago: The University of Chicago Press.

STEINER, G. (1975) *After Babel — Aspects of Language and Translation*. London, Oxford & New York: Oxford University Press.

VENUTI, L. (1995) *The Translator's Invisibility: A History of Translation*. London & New York: Routledge.

#### NOTAS

1. Tradução de Heidrun Krieger Olinto.

2. “Teoria da História e Diacronologia” (tradução de Heidrun Krieger Olinto). Em H. K. Olinto (org.) *Histórias de literatura*. São Paulo: Ática, 1995, pp. 107-134.

3. “Sobre a escrita de histórias da literatura. Observações de um ponto de vista construtivista” (tradução de Rejane Castro Neves e Heidrun Krieger Olinto). Em H. K. Olinto (org.). *Histórias de literatura*. São Paulo: Ática, 1995, pp. 81-106.

4. Para uma teoria de avaliação de inspiração construtivista, ver E. Guba e Y. Lincoln. *Fourth Generation Evaluation*. Newbury Park: Sage Publications, 1989, e M. Martins e M. P. Frota. “Reflexões sobre a Avaliação em Cursos de Tradução”. Em *Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 10. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio (no prelo).

5. Steiner, 1975: 236. Tradução minha.

6. Para uma reflexão crítica sobre a tradição teórica ocidental, ver Rosemary Arrojo. “As questões teóricas da tradução e a desconstrução do logocentrismo:

algumas reflexões". R. Arrojo (org.) *O Signo Desconstruído*. São Paulo: Pontes, 1992: 71-79.

7. Essa observação, embora feita originalmente por Schmidt em relação à escrita de histórias literárias, mostra-se de grande pertinência para qualquer reflexão sobre a escrita de histórias em geral.

8. Maiores comentários sobre a influência do formalismo russo nos estudos da tradução são encontrados em Mounin (1975) e em Gentzler (1993).

9. Cf. Peter Newmark (1982).

10. Cf. Schmidt, 1995: 87.

11. Cf. L. D'hulst. *Cent Ans de Théorie Française de Traduction: de Batteux à Littré (1748-1847)*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1990.

12. A chamada *foreignizing translation*, em que o tradutor mantém, no texto traduzido, características formais e culturais do texto-fonte.

13. Cf. Venuti (1995: 99).

